

Tribuna

Doze milhões de passageiros escapam dos ônibus

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

Mais de 12 milhões de brasileiros deixaram de usar ônibus, em 2018, no Brasil, segundo informações do presidente executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Otávio Cunha. Ele se baseia em dados do Anuário 2018-2019, que a sua organização prepara há anos, e que foram divulgados no "Seminário Nacional NTU 2019 - Inovação e reinvenção: o futuro do transporte público na perspectiva da sociedade", realizado em Brasília. O evento teve a missão de recuperar passageiros que migraram para outros modos de deslocamento, incluindo aqueles realizados por meio de aplicativos e até mesmo o transporte pirata.

"O ônibus deixou de ser competitivo para as pessoas e houve uma fuga de passageiros. Consequentemente mantido o mesmo custo, com menos pessoas pagando, as tarifas subiram. E isso provoca nova fuga de pessoas. Hoje, a matriz de deslocamento das pessoas, que estão andando a pé nas cidades, chega a mais de 20%. Elas estão se deslocando a pé, por absoluta incapacidade de pagar o preço da passagem", reconhece o executivo da NTU.

DEMANDA

Por telefone, Otávio Cunha nos disse, ainda, que a queda da demanda foi de 4,3%. O que representa 12,5 milhões de passageiros a menos nos coletivos urbanos. E que tudo se deve à falta de infraestrutura para o transporte coletivo, com redes insuficientes de corredores e faixa seletiva. "Por isso, o ônibus está cada vez mais lento e menos atrativo", lamenta. Otávio Cunha destaca, também, que, até agora, apenas 9,4% de um total de

R\$ 151,7 bilhões de verbas - anunciadas pelo Governo Federal - foram investidas para infraestrutura em mobilidade urbana há dez anos.

Com relação à evolução dos empreendimentos previstos, o executivo da NTU revela que somente três projetos de priorização do transporte público iniciaram operação no Brasil. "Um Sistema BRT em Niterói (RJ), e outra Faixa exclusiva em Curitiba (PR). Os caminhos para conquistar um transporte público de qualidade, exigem transparência e preços acessíveis aos passageiros", sustenta. Segundo ele, há de mais de 20 anos que a demanda vem caindo gradativamente. "De 2013 a 2017 nós tivemos 25% de queda na demanda. A explicação para esse período foi a recessão econômica; o desemprego de 12,5 milhões de trabalhadores; o aumento do automóvel nos grandes centros urbanos com os consequentes engarrafamentos".

DESONERAÇÃO

Secretário de Mobilidade Urbana (Semob) da Cidade de Salvador, Fábio Mota esteve no encontro em Brasília e defendeu a desoneração das tarifas dos transportes públicos. Mostrou que a "gratuidade" é um vilão a ser combatido e citou um exemplo: "Salvador transporta 35 milhões de passageiros/mês e apenas 22 milhões pagam pela passagem. O restante viaja de forma gratuita. E nessa condição de usufruir tal benefício estão os idosos. A saída para o setor será a desoneração das tarifas, que tem ser a nível nacional. E justifica: se aqui em Salvador não fosse cobrado o ICMS do óleo diesel para ônibus, que é de 30%, a tarifa local seria R\$3,70 e não R\$ 4,00 como está sendo cobrada".

Para que a solução da desoneração das tarifas seja uma realidade nos próximos anos, Fábio Mota vive a expectativa de uma melhora na



ECONOMIA

A população prefere escapar dos ônibus e caminhar ou andar de bicicleta para economizar o dinheiro da passagem

economia brasileira "Acredito que há espaço para aprovação desta proposta, se a nossa economia melhorar". No seminário da NTU, em Brasília, ficou claro que: "A tendência para solucionar a questão é buscar pela inovação e barateamento do serviço e criar facilidades; outros tipos de serviços acessórios e complementares à rede pública de transporte. A idéia é ter uma rede pública básica, para aquele que é cativo do transporte, que não tem outra maneira de se locomover. E ter uma rede complementar com serviços sob demanda, a exemplo do que foi inaugurado na cidade de Goiânia.

INOVAÇÕES

Entre inovações possíveis, Otávio Cunha da NTU revela que é preciso criar ainda fontes de recursos "extratarifários" para baratear o custo do serviço coletivo e usar

a tecnologia e a inovação para melhorar o atendimento e a qualidade do serviço ofertado ao público. "O sistema de Goiânia é semelhante a um serviço de aplicativo, uma plataforma. Só que é um serviço ofertado por 'vans' com capacidade para 14 pessoas, com ar condicionado e atuando em áreas mais centrais, onde tem uma grande demanda".

Sobre o fato do usuário do transporte público ser o único financiador do serviço de transporte ele diz textualmente que isso tem que ser mudado. "O usuário que é cativo do transporte não está aguentando nem pagar o preço da passagem. Por isso, que a gente precisa fazer o investimento da infraestrutura; fazer o ônibus ganhar velocidade comercial; baratear o custo do serviço prestado; atrair demanda nova; e reduzir mais a tarifa", sugere Otávio Cunha que re-

conhece: "Perdemos a produtividade. Hoje, ela é muito baixa. Nós estamos transportando a metade dos passageiros que a gente transportava há 20 anos atrás.

URGÊNCIA

De acordo com a série histórica do Anuário da NTU, no período 1994-2012 a redução de demanda foi de 24,4%, e entre 2013 e 2017 essa diminuição foi ainda maior, da ordem de 25,9%. Para o presidente da NTU, o setor precisa avançar com urgência na solução dos principais gargalos, sob pena de não sobreviver à concorrência com modos de deslocamentos mais modernos. "Nosso levantamento também acusou uma estabilidade na demanda em 2018 na comparação com 2017, mas infelizmente esse comportamento não significa uma interrupção na redução de passageiros como evidência a queda verificada em abril

deste ano", aponta Otávio Cunha.

A metodologia adotada pelo Anuário, que reúne os principais indicadores do transporte público por ônibus, realizado pela NTU há quase 30 anos, tem como referência nove capitais brasileiras: Belo Horizonte-MG, Curitiba-PR, Fortaleza-CE, Goiânia-GO, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA e São Paulo-SP. Elas são pouco representativas numericamente no universo de 2.901 municípios brasileiros atendidos por sistemas organizados de transporte público por ônibus (IBGE, 2017). Entretanto, juntos, os nove sistemas equivalem a 32,5% da frota total de ônibus urbanos e 34,1% da demanda de passageiros que se deslocam diariamente em todo o país (NTU, 2019), servindo como amostra confiável do desempenho operacional do setor.

Foto: Romildo de Jesus

Tribuna

Marinho fala sobre Previdência nos 44 anos da Ademi

Secretário alerta que a Reforma da Previdência não resolverá sozinha os problemas do país. Para ele, outras reformas também são necessárias

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

“A Reforma da Previdência, por si só, não é uma panacéia que vai resolver os problemas do País. Diria que é um dos fundamentos essenciais para que isso aconteça. Mas, ela sozinha, não vai significar que haverá esse crescimento econômico, que nós precisamos que aconteça. É necessário também outras reformas. Agora, por exemplo, estamos na expectativa de mudança da nossa matriz tributária e precisamos fazer uma mudança dos parâmetros das carreiras do Estado brasileiro”, sintetizou o secretário da Previdência e Trabalho, Rogério Simonetti Marinho que, nesta sexta-feira 23, apresentou detalhes da proposta - ora em discussão no Senado -.

Rogério Marinho fez a apresentação durante almoço dos 44 anos da Ademi Bahia, realizado no Hotel Fera, no Centro Histórico de Salvador. Estavam presentes, além do anfitrião pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi Bahia), Claudio Cunha, o presidente da Associação Bahiana de Imprensa (ABI) Walter Pinheiro e também presidente da Tribuna da Bahia; presidente do Sinduscom, Carlos Henrique; coordenador regional da Associação Brasileira de Shoppings, Edson Piaggio, além de parlamentares e outras autoridades estaduais e municipais.

Para os jornalistas, Rogério Marinho falou - em entrevista - sobre alguns tópicos da sua área de atuação. Dentre eles, a questão da burocratização e do cartório excessivo.

“Estamos debruçados sobre as novas regulamentações da Saúde e Segurança do Trabalho (SST) que tem 35 normas de uma legislação infra-legal”. Destacou, também, a recente aprovação da Medida Provisória (MP 881/2019), que trata da Liberdade Econômica, e retira de uma só vez, uma série de entraves burocráticos que existia no País. Realçou o processo de privatização das estatais e de abertura comercial em andamento”.

MOMENTO HISTÓRICO

O representante do Palácio do Planalto reconheceu a interdependência do Brasil com outras economias do mundo: “Somos um país extremamente fechado”. E reforçou a obrigação que temos em emprender uma série de medidas positivas. “Nós estamos vivendo um momento histórico, com oportunidades que não podemos perder. O Brasil poderá fazer uma inflexão para que tenha um crescimento sólido e sustentável a médio e longo prazo. E esse compromisso, é do Parlamento, do governo federal, e de boa parte da sociedade brasileira”, garantiu.

Disse, ainda, Rogério Marinho que acredita que isso vai acontecer com repercussões óbvias, no setor imobiliário e na economia brasileira como um todo. “Estamos confiantes que o Senado vai cumprir com o cronograma pré-estabelecido de 60 dias para avaliar e votar a proposta de mudança da Previdência. O prazo se encerra na primeira quinzena de outubro. Esperamos que o relator tenha feito o seu juízo de valor e fique confortável para fazer o seu relatório a partir das audiências realizadas. No Senado, o consenso é que a volta dos Estados e Municípios seja através de uma



ENCONTRO

Rogério Marinho fez a apresentação durante almoço dos 44 anos da Ademi Bahia, no Hotel Fera

PEC paralela Na próxima quarta-feira, o relatório será apresentado pela CCJ”, comentou.

SEGURANÇA JURÍDICA

Rogério Marinho já confirmou presença no Senado no próximo dia 10 de setembro, quando vai ao Plenário para debater com os que pensam contra ou a favor da proposta de mudança. Apenas de uma coisa ele tem certeza. “Quando a Lei da Previdência for aprovada, eladará mais segurança jurídica e previsibilidade a toda sociedade”. Sobre uma provável ‘judicialização’ da questão, fato que sempre ocorre, ele justificou. “Natural esta atitude. A Constituição Brasileira assegura a todo o cidadão, o direito de procurar abrigo judiciário se algum direito seu lhe for tolhido. E a consolidação da jurisprudência demanda algum tempo para ocorrer”. Ele cita a recente Reforma Trabalhista. “Foram 30 ações de Cons-

titucionalidade e 20 delas já foram julgadas. É claro, que com a questão previdenciária não será diferente”.

Na nova regra geral para servidores e trabalhadores da iniciativa privada, que se tomarem segurados após a reforma, fica garantida na Constituição somente a idade mínima. O tempo de contribuição exigido e outras condições serão fixados definitivamente em lei. Até lá, vale uma regra transitória.

QUATRO DÉCADAS

O anfitrião da festa, o presidente da Ademi Bahia, Claudio Cunha estava duplamente feliz com o evento. Primeiro pela comemoração de quatro décadas de atuação da instituição que preside. Segundo pelos resultados do Caged, divulgados nesta sexta-feira, e que sinalizou pelo quarto mês seguido, uma retomada gradual da economia brasileira. “Hoje, o Caged revelou

um saldo positivo de contratação com a Construção Civil liderando o número de empregos gerados e ainda houve uma melhora na remuneração dos trabalhadores. A partir de agora, a gente já começa a ver um Brasil diferente, pois a economia voltou a andar”, comemorou.

A respeito do mercado imobiliário, Claudio Cunha disse que a cidade possui, hoje, o menor estoque em disponibilidade a ser comercializado. “Temos, entre os associados da Ademi Bahia, cerca de 11 (onze) projetos que serão colocados, em curto espaço de tempo, à venda. Esperamos que, até o final do ano, pelo menos oito deles sejam lançados, trazendo mais ofertas e novos produtos adequados ao momento em que a gente vive”. Relatando os tempos atuais o presidente da Ademi disse: “No primeiro semestre do ano houve uma vitória a ser comemorada.

Fechamos com boas surprises. O mercado vendeu 8% a mais do que no período igual do ano passado. Foram exatas 3.922 unidades em todo o Estado. E duas semanas atrás, houve um lançamento na Barra e em apenas cinco horas vendeu foram vendidas 90% das unidades do empreendimento. Isto demonstra que existe uma demanda reprimida e o desejo das empresas em colocar novos produtos para contribuir com a qualificação dos bairros de Salvador e das cidades, onde nossos associados atuam”.

ENSINAMENTO

Questionado sobre a crise financeira dos consumidores Claudio Cunha disse: “A crise sempre é um ensinamento e um desafio. A gente tem consciência da responsabilidade social que temos diante da sociedade

. A Construção Civil emprega desde a mão-de-obra menos qualificada a mais qualificada. Agora neste semestre, com os novos lançamentos, esperamos contribuir com, pelo menos, mais 1.000 (mil) novos empregos. Os 11 projetos que estou anunciando estão em fase final de aprovação e alguns já foram aprovados”.

Claudio Cunha era só felicidade. “Realmente, estou muito feliz. Nessas quatro décadas foram muitos desafios ao longo dos anos, especialmente nos últimos cinco anos que o país enfrentou seus piores momentos. Mas a Construção Civil conseguiu se manter a Ademi Bahia procurou realizar eventos, fazer um diálogo mais próximo junto aos poderes público e privado; fomentar o mercado; fazer novos lançamentos; melhorar a estrutura urbana; contribuir com a cidade e tornar nossa entidade preponderante no mercado imobiliário brasileiro”, finalizou.

Foto: Kim Kim

26/08/2019 - 05:00

Tributação de doações varia entre os Estados

Por **Marta Watanabe**

À semelhança do ICMS, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), também cobrado pelos Estados, não tem cobrança uniforme pelo país. Entre os 27 entes federados, as alíquotas variam, assim como regras de isenção ou de progressividade que algumas vezes também são diferenciadas para doações ou heranças. Com representatividade pequena na arrecadação, o tributo não é cobrado na sua alíquota máxima, de 8%, pela maior parte dos governos. Apenas dez Estados aplicam o teto estabelecido pelo Senado.

Os dados constam do livro "Fortalecimento da sociedade civil: redução de barreiras tributárias às doações", que reúne estudos referentes à tributação do ITCMD sobre doações a Organizações da Sociedade Civil (OSCs). O livro, que será lançado hoje, foi coordenado por Aline Gonçalves de Souza, Eduardo Pannunzio - pesquisadores da FGV Direito/SP - e por Aline Viotto, coordenadora da área jurídica do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

AdChoices
PUBLICIDADE[inRead invented by Teads](#)

As pesquisas realizadas mostram que também no tratamento das doações às OSCs não há uniformidade entre os Estados. Um dos estudos verificou se os governos concedem isenções além do benefício constitucional da imunidade assegurada às instituições de educação e assistência social. Segundo o levantamento, apenas nove estados possuem alguma isenção específica para OSCs, com critérios e abrangência bastante diferentes entre si. O benefício costuma ser concedido de forma relacionada à área de atuação da organização sem fins lucrativos, sendo a cultura a atividade mais beneficiada pelas isenções.

Pannunzio salienta que a diversidade na cobrança do ITCMD não acontece por acaso. Ele lembra que as doações de recursos financeiros foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e não foi até o momento regulamentada por lei complementar que poderia traçar normas gerais sobre o ITCMD.

Por isso, explica ele, Estados e Distrito Federal têm legislado autonomamente sobre a matéria, o que resultou numa diversidade regulatória sem uniformidade. No caso das entidades sem fins lucrativos a situação é mais difícil ainda porque a maioria das leis e regulamentos não distinguem as doações para fins privados daquelas feitas no interesse público. Isso sujeita as OSCs a um ônus duplo, diz a pesquisadora Aline Viotto. Um, explica, é o custo financeiro. O outro, o da insegurança jurídica.

Pannunzio destaca que o Brasil está isolado na falta de uma regulação mais firme para as doações a entidades sem fins lucrativos. Um dos estudos, diz, mostra que num universo de 75 países, apenas outros dois - Coreia do Sul e Croácia - não dispensam tratamento diferenciado às OSCs. A falta de uma regulação clara, diz Viotto, desestimula uma cultura de doação no Brasil.

Para Pannunzio, a questão fiscal, discussão importante atualmente, não seria entrave para garantir a isenção. O levantamento mostra, diz o pesquisador, que a receita tributária resultante da cobrança do ITCMD a pessoas jurídicas - o que inclui não apenas as OSCs - corresponde a parcela inferior a 0,021% dos orçamentos dos Estados analisados.

Para transformar o quadro, diz Pannunzio, além da edição de uma lei complementar com regras gerais para o ITCMD e o estabelecimento das isenções às OSCs, seria também necessário rever os procedimentos para que as entidades possam usar o benefício. Ele defende que a isenção seja autodeclaratória, sem prejuízo de se demandar das OSCs que periodicamente informem os governos sobre as doações recebidas para fins de fiscalização.

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 24/08/2019	



Política

Estados e municípios reivindicam fatia maior de bônus do petróleo no pacto federativo



24 de Agosto de 2019 às 21:43 Por: *Andre Ribeiro/Banco de Imagens Petrobras* Por: *Agência Senado* Ocomentários

Um acordo entre líderes do Senado e governo deve fazer a reforma da Previdência tramitar junto com mudanças que garantem mais dinheiro aos estados e municípios, aprimorando o pacto federativo. O dinheiro originado pela segunda etapa de exploração da camada do pré-sal é objeto de disputa acirrada por União, estados, DF e municípios.

Por isso, líderes dos partidos no Senado colocaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2019 na mesa de negociações sobre o trâmite da Previdência, a fim de sensibilizar o governo para as demandas de governadores e prefeitos. Ela deve ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na manhã desta quarta-feira (28) e deve seguir para o Plenário na tarde do mesmo dia.

Entre as mudanças propostas pela PEC, está a garantia de que todos os entes federados fiquem com uma parcela do que vai ser pago para explorar o excedente de petróleo encontrado no pré-sal, chamado bônus de assinatura (pagamento que a empresa ganhadora da licitação realiza na assinatura do contrato de exploração).

O dinheiro da primeira etapa da exploração não chegou como esperado aos caixas dos estados e municípios porque a transferência do arrecadado pelo pré-sal é contabilizada no cálculo das despesas primárias do Orçamento da União. Quando a parcela esbarra no teto de gastos da União, não há o repasse. A PEC 98/2019 altera isso: ela modifica a regra dos limites de despesas primárias (art. 107 do ADCT) para evitar que essas transferências entrem na conta do teto e o dinheiro fique retido nos cofres da União.

Na prática, se a PEC for aprovada, estados, DF e municípios devem ficar com parte do que for arrecadado em 6 de novembro, data do leilão das novas áreas

ricas em petróleo, descobertas no início da exploração do pré-sal. O leilão vai render um bônus de assinatura de R\$ 106,5 bilhões, a ser dividido entre os entes federativos, que ainda devem receber 15% de royalties do petróleo. O excedente em óleo é destinado à União.

Dívida

Dos R\$ 106,5 bilhões que a União deve arrecadar em bônus de assinatura, pelo menos R\$ 36 bilhões retornam à Petrobras, por um ajuste no contrato atual de exploração dos campos de pré-sal. Atualmente, o contrato de exploração é uma cessão onerosa, prevista na Lei 12.276/2010. Em 2010, esse acordo comercial entre a Petrobras e o governo serviu para aumentar o capital da petrolífera sem que houvesse licitação. Parte do dinheiro arrecadado pelo governo foi reinvestido em ações da empresa.

Naquele momento, o acordo foi firmado em R\$ 74,8 bilhões pelo bônus de assinatura, com duração de 40 anos. O acordo da cessão onerosa previu que em hipótese alguma poderiam ser extraídos mais de 5 bilhões de barris sob aquele regime, e que seria revisto anos depois, para atualizar a cotação do barril de petróleo ao valor real do momento comercialização do produto. Quatro anos depois de assinado, a Petrobras pediu ajuste no contrato por conta da desvalorização do preço do barril de petróleo. Esse acordo sobre o ajuste na cessão onerosa só foi finalizado em abril deste ano.

Como a Petrobras encontrou muito mais petróleo ao perfurar o pré-sal, é esse excedente dos 5 bilhões de barris que vai a leilão. A Petrobras é uma das concorrentes, com preferência em alguns campos. Dessa vez, contudo, nada de cessão onerosa. A licitação será para contrato em regime de partilha – que dá royalties de 15% ao poder concedente (União, estados, DF e municípios, se for o caso).

Depois de acertar os R\$ 36 bilhões com a Petrobras, a União deve destinar 15% dos R\$ 70,5 bilhões arrecadados em bônus de assinatura para os estados e o DF, e outros 15% aos municípios - sem ter problemas com o teto, caso a PEC 98/2019 seja aprovada na Câmara e no Senado.

Orçamento

A PEC tem o objetivo de garantir a transferência desses 30% aos demais entes federados na divisão do bônus de assinatura do próximo leilão de petróleo. Porém, não é só isso: ela revisa alguns pontos da Emenda constitucional do Orçamento Impositivo (Emenda 100/2019), que prevê a execução obrigatória de emendas das bancadas estaduais no Orçamento da União, assim como acontece com as emendas individuais.

Da forma como saiu aprovada da Câmara, a PEC incluiu a previsão de que as emendas de bancadas sejam aprovadas no limite de 1% da receita corrente líquida prevista na proposta do Executivo, e que pelo menos a metade desse percentual seja destinada a investimentos. No Senado, no entanto, parte dos senadores e o presidente Davi Alcolumbre defenderam que não conste o limite de 1%, uma vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já coloca o código (chamado de RP7) nas emendas impositivas. Ou seja, o que extrapolar o limite de 1% vira opcional e o Executivo pode não pagar.

O relator da matéria, senador Cid Gomes (PDT-CE), acatou o argumento e retirou o limite de 1% para apresentação das emendas.

A PEC também autoriza o início de um investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro mesmo que isso não esteja previsto no Plano Plurianual (PPA), ou não haja lei autorizando essa inclusão. O texto da Câmara diz que a LDO, no exercício do ano corrente e mais dois subsequentes, terá um anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária para a continuidade de investimentos em execução. A ideia não agradou completamente o relator no Senado.

"Estamos propondo apenas a suspensão temporária por quatro exercícios financeiros (vigência do próximo plano plurianual) para que os novos instrumentos propostos disponham de liberdade para serem concebidos e adaptados à prática orçamentária atual e, só após esse período, devem ser compatibilizados com as exigências do plano plurianual", destacou no relatório.

A PEC 98/2019 limita a execução da programação orçamentária apenas das despesas primárias não obrigatórias (como bolsas de pesquisa e de estudo, programa Farmácia Popular, emissão de passaportes, etc). Hoje essas despesas representam menos de 10% das primárias (entre as obrigatórias, estão a Previdência e o gasto com pessoal). O texto também permite que a execução orçamentária seja interrompida caso haja impedimentos de ordem técnica justificados, e prevê ainda que a execução do Orçamento pelo governo fica subordinada ao cumprimento das leis que estabelecem metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais.

ECONOMIA Receitas de IRPJ e IOF reagem, mesmo com desaceleração

Arrecadação tem sinais de recuperação gradual

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Mesmo com a desaceleração da economia nos últimos meses, a arrecadação federal indica que a economia está se recuperando de forma gradual. Para técnicos do Ministério da Economia, o fato de que a arrecadação de julho ter atingido o maior nível em oito anos e superou as estimativas das instituições financeiras indica um início de retomada.

No mês passado, o governo arrecadou R\$ 137,7 bilhões, segundo a Receita Federal. As projeções do Prisma Fiscal, pesquisa com instituições financeiras divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, indicavam arrecadação de R\$ 133,4 bilhões na mediana (valor central em torno do qual uma medida oscila).

O valor arrecadado em julho representa 2,95% a mais que o registrado no mesmo mês do ano passa-

RECEITA DE IOF TAMBÉM CRESCER

Outro bom sinal é o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cujas receitas subiram 6,24% acima da inflação nos sete primeiros meses do ano na comparação com o mesmo período de 2018

do, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As receitas do mês passado foram infladas por aumento da arrecadação de R\$ 3,2 bilhões de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), diante da reorganização societária de algumas empresas.

O valor, porém, continuaria a subir sem essa receita adicional. A União teria arrecadado R\$ 134,535 bilhões



Arrecadação de julho atingiu o maior nível em oito anos e superou as estimativas das instituições financeiras

em julho, maior 0,56% que o registrado no mesmo período do ano passado.

A melhor arrecadação em oito anos no mês passado alivia o caixa do governo, mas não diminui as dificuldades na execução do Orçamento. No fim de julho, a equipe econômica contingenciou mais R\$ 1,44 bilhão, elevando o valor contingenciado no ano para R\$ 31,225 bilhões.

O contingenciamento é necessário para que o governo federal encerre o ano com

déficit primário (resultado negativo sem os juros da dívida pública) dentro da meta de R\$ 139 bilhões estabelecida para o ano. No fim de setembro, o Ministério da Economia revisa o Orçamento e divulga o novo valor de contingenciamento.

Lucros maiores

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, ressalta que o recolhimento de IRPJ e CSLL dos dez principais setores da

economia mostra que a recuperação está começando. Em julho e no acumulado do ano, todos esses setores registram alta acima da inflação em relação ao mesmo período de 2019.

Os segmentos com maior destaque são entidades financeiras (R\$ 5,32 bilhões), extração de minerais metálicos (R\$ 2,93 bilhões), combustíveis (R\$ 1,67 bilhão), eletricidade (R\$ 1,64 bilhão) e comércio atacadista (R\$ 1,55 bilhão). O IRPJ e CSLL indicam que as empresas estão

lucrando mais este ano. Segundo Malaquias, "Está havendo uma recomposição da base tributária", diz.

De janeiro a julho, a arrecadação de IRPJ pela modalidade de estimativa mensal (grandes empresas pagam com base no lucro estimado), aumentou 17,63% acima da inflação em relação ao mesmo período de 2018. "Essa alta reflete a expectativa das empresas projetando lucro melhor para este ano", acrescenta Malaquias.

Veículo: Política Livre	
Data: 26/08/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Arrecadação mostra sinais de recuperação gradual da economia



Receitas de IRPJ e IOF reagem, mesmo com desaceleração

Mesmo com a desaceleração da economia nos últimos meses, a arrecadação federal indica que a economia está se recuperando de forma gradual e consistente. Para técnicos do Ministério da Economia, o fato de que a arrecadação de julho atingiu o maior nível em oito anos e superou as estimativas das instituições financeiras indica um início de retomada. No mês passado, o governo arrecadou R\$ 137,7 bilhões, segundo a Receita Federal. As projeções do Prisma Fiscal, pesquisa com instituições financeiras divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, indicavam arrecadação de R\$ 133,4 bilhões na mediana (valor central em torno do qual uma medida oscila). O valor arrecadado em julho representa 2,95% a mais que o registrado no mesmo mês do ano passado, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As receitas do mês passado foram infladas por uma arrecadação extraordinária de R\$ 3,2 bilhões de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrente da reorganização societária de algumas empresas. O valor, no entanto, continuaria a subir sem essa receita adicional. A União teria arrecadado R\$ 134,535 bilhões em julho, montante 0,56% maior que o registrado no mesmo período do ano passado.

Agência Brasil

Veículo: G1	
Data: 26/08/2019	Caderno: Economia



Rombo nas contas externas brasileiras sobe 76% até julho, para US\$ 21,6 bilhões

Investimentos estrangeiros diretos totalizam US\$ 44,99 bilhões nos sete primeiros meses do ano, com alta de 17% frente ao mesmo período de 2018.

Números foram divulgados pelo Banco Central.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

26/08/2019 11h04 Atualizado há 6 minutos

A conta de transações correntes registrou um déficit de US\$ 21,683 bilhões nos sete primeiros meses deste ano, segundo informações divulgadas nesta segunda-feira (26) pelo Banco Central.

Com isso, houve aumento de 76,8% no rombo das contas externas frente ao mesmo período de 2018, quando foi registrado um resultado negativo de US\$ 12,261 bilhões. A conta de transações correntes é formada pela balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior). Trata-se de um dos principais indicadores do setor externo brasileiro.

De acordo com Fernando Rocha, chefe do Departamento de Estatísticas do BC, a piora no saldo comercial e o aumento de remessas de lucros e dividendos ao exterior geraram a piora no resultado das contas externas neste ano.

"O saldo comercial [superávit] se reduziu em US\$ 6,8 bilhões [até julho] principalmente por conta da redução de exportações. Isso respondeu por 60% da piora do resultado em transações correntes [contas externas]. O aumento das remessas de lucros e dividendos também influenciou o resultado", declarou ele.

- Somente em julho, de acordo com informações oficiais, o rombo nas contas externas somou US\$ 9,035 bilhões, contra US\$ 4,396 bilhões no mesmo mês do ano passado.
- No ano de 2018 fechado, as contas externas registraram um déficit de **US\$ 14,511 bilhões, com crescimento frente ao ano anterior (-US\$ 7,235 bilhões).**
-
- Para 2019, a expectativa do Banco Central é de nova piora no rombo das contas externas - com um **déficit em transações correntes de US\$ 19,3 bilhões.**
-

Investimento estrangeiro

O Banco Central também informou nesta segunda-feira que os investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira somaram US\$ 44,996 bilhões de janeiro a

julho deste ano, com aumento de 17% frente ao mesmo período do ano passado (US\$ 38,428 bilhões).

Com isso, os investimentos estrangeiros foram suficientes para cobrir o rombo das contas externas no mês passado (US\$ 21,683 bilhões).

Para 2019, o Banco Central estima um ingresso de US\$ 90 bilhões em investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira. Se a previsão se confirmar, os investimentos externos seriam suficientes para "financiar" todo o déficit das contas externas do período – cuja estimativa do BC é de US\$ 19,3 bilhões neste ano.

Tribuna

Empresas recuperam lucratividade

CÁSSIA ALMEIDA E BRUNO ROSA

As grandes empresas, após um longo período de recessão e estagnação, começaram a ver a lucratividade voltar aos balanços e reforçar o caixa na primeira metade de 2019, o que abre espaço para retomarem investimentos, um passo essencial para uma recuperação mais rápida da economia.

No entanto, fatores como o agravamento do pessimismo internacional diante da guerra comercial entre Estados Unidos e China, a crise argentina e o risco político do governo de Jair Bolsonaro — cuja retórica sobre Amazônia desencadeou ameaças de represálias comerciais contra o Brasil — deixam os empresários mais cautelosos na hora de tirar um novo projeto do papel ou fazer contratações. As incertezas minam o otimismo decorrente das melhores condições financeiras das empresas num cenário de juros baixos e de avanços na agenda fiscal do governo com a reforma da Previdência.

Levantamento do Grupo de Conjuntura da UFRJ com 200 empresas listadas na Bolsa, obtido com exclusividade pelo GLOBO, mostra que a relação entre seus retornos financeiros e seus patrimônios — comparação que mede quão lucrativo é o negócio — voltou ao nível de antes da recessão, que começou em meados de 2014. Essa taxa de lucratividade (quanto o lucro representa do patrimônio) chegou a 11,2% no segundo trimestre deste ano, mesmo patamar do início de 2012. No auge da cri-

se, em 2015, ela chegou a cair 5,5%.

— A demanda melhorou em relação ao início da crise, embora ainda esteja pequena. Melhoraram preços relativos, como a taxa de câmbio, que ajuda as exportações, os juros e a inflação. Essa relação de juros baixos com lucro voltando é pilar básico do incentivo ao investimento. Poderemos ver uma retomada mais forte se o cenário internacional permitir — diz o professor da UFRJ Francisco Eduardo de Souza, um dos autores do estudo.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, avalia que a situação das companhias melhorou, mas vê ruídos:

— Bancos estão mais abertos a conceder crédito, o custo financeiro das empresas caiu, mas as reformas são de longo prazo, o cenário internacional reflete aqui, e declarações do presidente sobre meio ambiente começam a afetar segmentos como agronegócio.

MELHORA DA CONFIANÇA

A Vulcabras Azaleia, que reúne ainda as marcas Olympikus, Dijean, Opanka e Under Armour, é uma das empresas que viu as contas melhorarem com a alta de 9,4% no faturamento no primeiro semestre. A fabricante de sapatos, que emprega 15 mil pessoas, decidiu expandir sua unidade no Ceará, mas a cautela é a tônica, diz Pedro Bartelle, diretor executivo:

— Tivemos que adaptar a linha de produtos a um público de poder aquisitivo mais baixo, reposicionar alguns produtos, melhorar a distribuição. Sem isso, o resultado este ano seria pior que o de 2018. O primeiro semestre foi difícil, mas lançamos coleção em julho, e a carteira de pedidos para o Natal está muito boa.

26/08/2019 - 05:00

Mudança em bens e serviços une propostas

Por Malu Delgado e Marta Watanabe

Com mais de 60 impostos, no topo do ranking mundial dos países com maior burocracia no pagamentos de tributos, é consenso que o Brasil precisa de transformação no sistema tributário para viabilizar o crescimento econômico. O tema tem sido fruto de acalorados e inconclusos debates no Congresso ao longo de décadas, mas, pela primeira vez, lideranças político-partidárias e governadores do país admitem que há clima favorável à apreciação de uma emenda constitucional, na esteira da aprovação da reforma da Previdência, para revisar e simplificar o caótico modelo tributário brasileiro. É pacífica, portanto, nos setores políticos e econômicos, a necessidade de se aprovar também neste ano uma reforma tributária. A unanimidade, porém, para por aí. Por enquanto, são três as principais propostas de reforma tributária à mesa: uma tramita na Câmara, outra no Senado e uma terceira será enviada pelo Executivo.

O fio em comum, mesmo com diferenças, está exatamente na mudança de tributação sobre bens e serviços. As três propostas querem unificar tributos existentes num imposto ao estilo do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que seria não cumulativo, cobrado no destino, com legislação única para todo o país. A proposta apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que tramita na Câmara, e a do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), que tramita no Senado, propõem um IVA em âmbito nacional, que unifica não somente tributos federais, como também o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios. Já a ideia da equipe econômica é unificar primeiramente tributos federais para depois permitir a adesão de Estados e municípios. A resistência de Estados e municípios, para o ministro Paulo Guedes, é o maior entrave para se tentar já numa única etapa um IVA nacional.

AdChoices
PUBLICIDADE

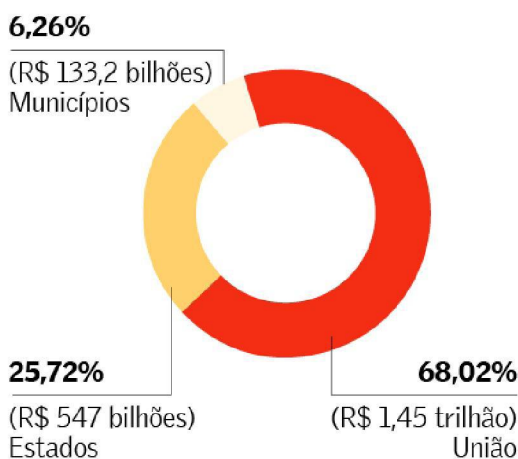
A tributação hoje

Quanto pagamos ao ano



A parte de cada um

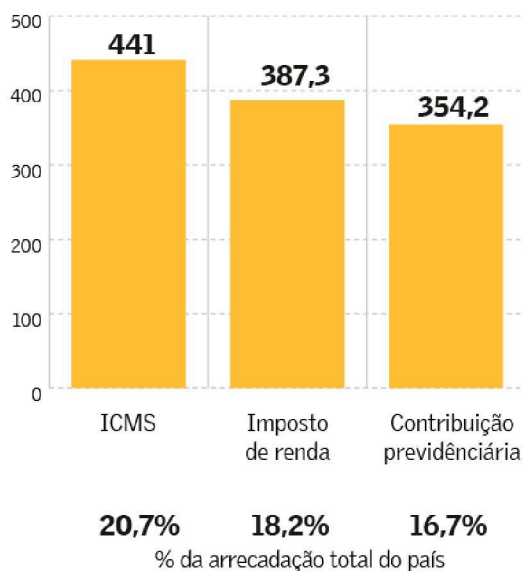
Fatias de cada esfera administrativa - em %



R\$ 2,13 trilhão é o total de tributos recolhidos no país

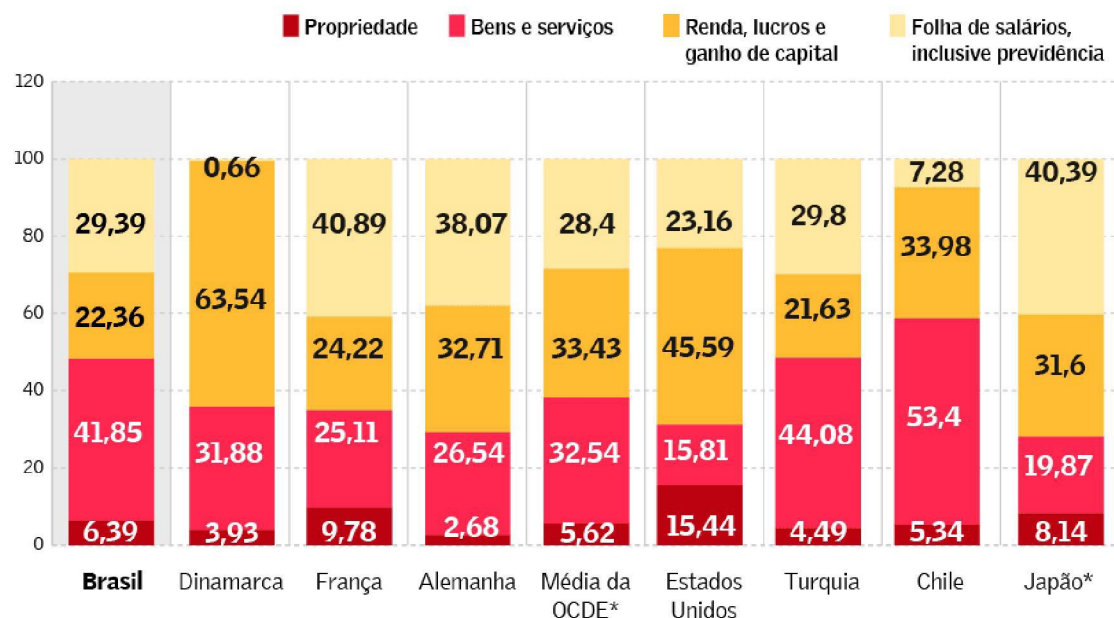
Os que mais pesam

Campeões de arrecadação - em R\$ bilhões



O peso de cada base

Por países selecionados, em 2017 - em %



Fontes: Receita Federal e OCDE. *Inclui dados de 2016

Para colaborar com o debate, o **Valor** passa a dedicar um ambiente especial no site do jornal para discutir a reforma tributária. Além de infográficos, artigos e notícias sobre a tramitação das emendas no Congresso, o jornal vai acompanhar as votações nas comissões e plenários das duas Casas e fazer projeção dos placares. Especialistas vão esclarecer dúvidas

para tentar abordar um assunto árido de forma didática. Os relatores da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Senado, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), inauguram a publicação de artigos. Para Ribeiro, a simplificação tributária elimina distorções que travam o crescimento econômico, reduzindo o custo burocrático do pagamento de impostos. "Com a reforma proposta na PEC 45, o custo burocrático de pagamento de tributos no Brasil deve aproximar-se da média mundial", argumenta. Para o senador Roberto Rocha, o Brasil criou um dos mais caóticos, improdutivos e disfuncionais sistemas dentre as grandes economias do planeta. "Um verdadeiro manicômio tributário." O país, sustenta o senador, precisa implementar uma reforma com base em princípios de justiça social, "buscando a simplificação, a competição, a desoneração e a modernização".

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que assumiu o protagonismo do debate da Previdência, tem cobrado do setor empresarial o mesmo desprendimento e empenho para debater o sistema tributário. "Agora está na hora também de alguns setores da economia, não vou dizer todos, que ficam com medo de mudanças no sistema tributário, todo mundo dar sua contribuição. Não adianta achar que se resolver a Previdência, e não resolver distorções tributárias, o Brasil vai crescer. Achar que só a Previdência vai gerar crescimento do Brasil é um sonho forte demais", afirmou, há uma semana, num encontro com empresários em São Paulo.

Não se sabe em detalhes o modelo que a equipe econômica defenderá. Maia sinaliza a possibilidade de a proposta do governo ser "apensada" à PEC 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que tramita na Câmara. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), chegou a reivindicar um protagonismo no início das discussões, mas há uma ponte e o diálogo aberto entre as duas Casas. O desafio é contentar a todos e ainda fazer com que o bolo arrecadado não caia, já que a receita tributária é que garante a manutenção de União, Estados e municípios e a prestação de serviços públicos.

No Brasil, a base que mais financia a arrecadação de impostos são os bens e serviços, que respondem por 41,9% da carga global, o que é alto na comparação com outros países. Entre os países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média é de 32,5%. O Chile, país vizinho na América do Sul, tem 53,4% da sua carga sobre bens e consumo. Na Turquia, a fatia é de 44,1%. No outro extremo, na Dinamarca 31,9% da carga pesa sobre bens e serviços enquanto a tributação sobre renda, lucros e ganhos de capital são responsáveis por 63,5%. Nessa base o Brasil tem 22,4% de sua carga.

Tornar mais eficiente a tributação da principal base de arrecadação do país, porém, esbarra em várias discussões difíceis. Hoje essa base é explorada por tributos cobrados tanto pela União, com PIS, Cofins e IPI, pelos municípios, com ISS, e pelos Estados, com ICMS. Esse último, aliás, representa 80% do que os governos estaduais arrecadam e é o campeão de recolhimento, responsável por um quinto da carga total do país. Os cinco tributos mencionados respondem por praticamente 40% da arrecadação total do país, que somou R\$ 2,13 trilhões, de acordo com dados de 2017.

Reforma tributária no Congresso: 3 propostas em análise

Câmara analisa um texto de emenda constitucional, o Senado outro, e o governo deve enviar um terceiro

Proposta da Câmara

PEC 45/2019

Ideia central da reforma

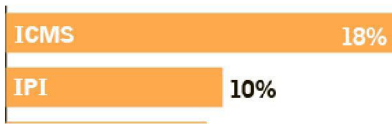
Cria um imposto só, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), a partir da unificação de outros 5 impostos: IPI, PIS, Cofins, ISS e ICMS. A lógica central da proposta é substituir, com um longo período de transição, o sistema de tributação de bens e serviços por um imposto único sobre o consumo, aplicando a ideia de imposto sobre valor agregado, recorrente em todo o mundo. A cobrança será feita no consumo, no destino final do produto, e não na origem

Autor
Deputado Baleia Rossi
(MDB-SP)
Elaborada com base em estudos do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF), instituição independente

Qual seria a alíquota do IBS?

Alíquota única de **25%**, sobre todos os bens e serviços, mas haverá

Qual é a alíquota total atual dos tributos a serem



todos os bens e serviços, mas na verdade o IBS federal, o IBS estadual e o IBS municipal. Cada Estado e Município pode definir a própria alíquota

substituídos?

42,5%*

* alíquota do imposto com base em cálculos médios

PIS/Cofins 9,25%

ISS 5%

Que outros impostos seriam criados além do IBS?

Um imposto seletivo para produtos como fumo e bebidas

Não muda outros tributos

Como fazer essa mudança? Em quanto tempo?

A proposta prevê uma transição de 10 anos na arrecadação

Nos primeiros dois anos, seria cobrada uma alíquota de IBS de 1%, para teste, aumentando progressivamente nos oito anos seguintes

No período deste, essa alíquota do IBS de 1% vai ser possível a partir da redução das alíquotas da Cofins, sem afetar Estados e Municípios

Os oito anos seguintes

Neste período de transição, todas as alíquotas do ICMS, do ISS, do IPI, do PIS e da Cofins serão reduzidas em 1/8 por ano.

No oitavo ano, estes cinco tributos serão extintos.

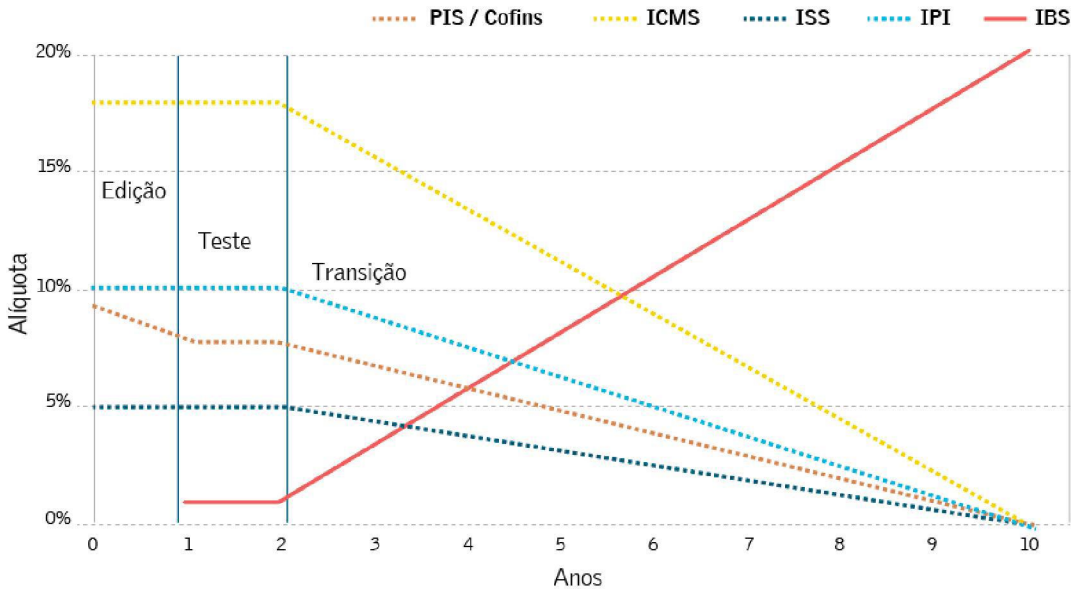
A transição para os Estados não terem perdas financeiras seria de 50 anos:

Nos 20 primeiros anos, haveria compensação

Nos 30 anos, redução progressiva dos impostos atualmente cobrados (como ICMS e ISS), para serem substituídos pelo IBS

Transição em 10 anos para novo tributo

PEC 45, na Câmara, propõe criação do IBS com fusão de 5 impostos



Fonte: Centro de Cidadania Fiscal (CCIF)

Justificativas desta PEC

- Simplificar o modelo tributário brasileiro, altamente fragmentado e cumulativo
- Acabar com distorções e guerra fiscal
- Reduzir a burocracia tributária, os custos e contenciosos (disputas judiciais)
- Aumentar a segurança jurídica com a unificação de impostos
- Aumento da produtividade
- Viabilizar um caminho para o crescimento econômico

Proposta do Senado

PEC 110/2019

Ideia central da reforma

Cria o IBS e acaba com 9 tributos: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS, IOF, Cida e salário-educação, CSLL

Autor
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e outros 65 senadores

ICMS, Cide e Salário Educação, CSLL

Transfere ITCMD para a União, mas a receita vai para os municípios
O IPVA, hoje cobrado sobre automotivos, é ampliado para embarcações e aeronaves. A receita vai para municípios

Elaborada a parte de proposta do ex-deputado Luiz Carlos Hauly

Qual seria a alíquota do IBS?

O IBS teria múltiplas alíquotas definidas em lei complementar

14,63%

é a carga sobre PIB dos tributos a serem substituídos pelo IBS

Que outros impostos seriam criados?

Cria imposto seletivo sobre fumo, bebidas, telecomunicações, energia e combustíveis

Unifica o IRPJ e a CSLL

27

legislações estaduais seriam substituídas

Como fazer essa mudança? Em quanto tempo?

5 anos é o período de transição para contribuintes, sendo um ano de teste

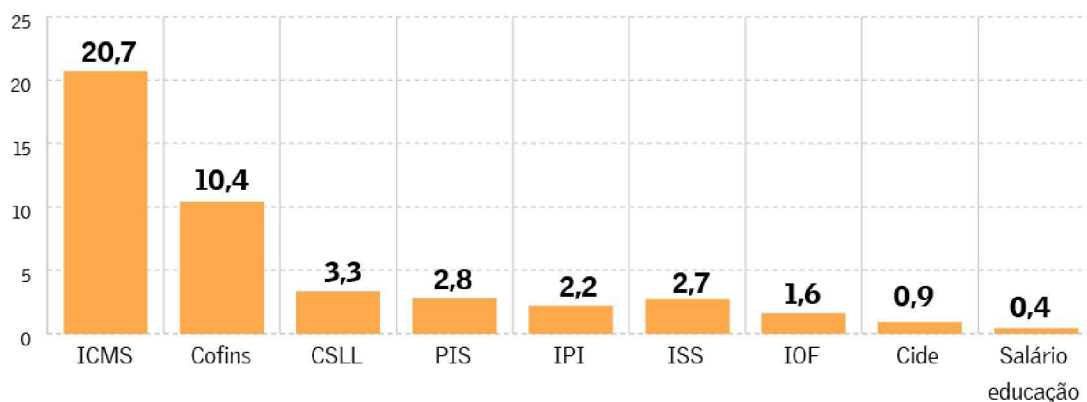
15 anos de transição para Estados e municípios

5.670

legislações municipais seriam substituídas

Quanto representam os tributos que vão se fundir em um único imposto, o IBS

Fatia da arrecadação total – em %



Justificativas desta PEC para mudar o sistema tributário

- Promoverá uma simplificação radical
- Tecnologia 5.0 – revolucionar a cobrança eletrônica online
- Redistribuição de renda na base de consumo. Tira impostos de comida, remédios, transporte urbano, água e esgoto para criar isonomia tributária
- Fortalece o municipalismo
- Tira peso de tributação das empresas
- Promove a desburocratização, reduz custos de produção
- Diminui os custos da folha de salários

Proposta do governo federal**

Ideia central da reforma

Cria IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) federal, reunindo PIS, Cofins, IPI e parte do IOF

Promove extinção de 20% da contribuição previdenciária sobre folha e substitui por tributação sobre pagamentos (movimentação financeira)

Cria a CP (contribuição sobre pagamentos), para substituir a tributação da folha

Os dividendos podem ser tributados por IR, com redução do IRPJ

Há estudos para atualização parcial da tabela do IRPF e redução de deduções, mas o governo não detalhou as ideias

Não promove a unificação dos impostos estaduais e municipais, o ICMS e o ISS

Autor

Equipe econômica do governo federal

Texto é defendido pelo ministro Paulo Guedes e pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra

52%

da carga tributária total do país

Quanto representam os tributos que podem mudar

Fatia da arrecadação total do país – em %

pode ser afetada por essa proposta

30%

de acréscimo da base de arrecadação é o previsto caso seja implantada a CP

R\$ 400 bilhões

valor que pode ser adicionado à arrecadação com a CP

Imposto de Renda	18,2
Contribuição previdenciária	16,7
Cofins	10,4
PIS	2,8
IPI	2,2
IOF	1,6

Fontes: Câmara dos Deputados/ Senado Federal / Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e Receita Federal.

** Texto oficial ainda não foi enviado

26/08/2019 - 05:00

PEC corrige uma série de distorções

Por Aginaldo Ribeiro



É muito comum, no debate sobre a reforma tributária, dizer que as mudanças propostas na Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019 (PEC 45) tratam apenas de uma "simplificação tributária". De fato, a PEC 45 promove uma enorme simplificação do sistema tributário brasileiro, substituindo cinco tributos extremamente complexos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com uma regra uniforme para todos e setores e empresas.

A mera simplificação do sistema tributário já é positiva. Mas o principal benefício dessa simplificação é que ela elimina uma série de distorções que prejudicam muito o crescimento da economia brasileira. Isso ocorre por diversos motivos.

AdChoices
PUBLICIDADEinRead invented by Teads

Em primeiro lugar, a simplificação fará com que o custo burocrático do pagamento de tributos seja extremamente reduzido. Segundo o Banco Mundial, o Brasil é o campeão mundial em horas gastas por uma empresa de porte médio para pagar tributos (1958 horas por ano, o que é quase o dobro do segundo colocado e quase dez vezes a média mundial). Com a reforma proposta na PEC 45, o custo burocrático de pagamento de tributos no Brasil deve aproximar-se da média mundial.

Em segundo lugar, a complexidade do sistema tributário brasileiro faz com que o grau de litígio sobre matérias tributárias seja absurdamente elevado. Estima-se que o valor total das matérias tributárias em litígio no Brasil - considerando a dívida ativa e o contencioso administrativo das três esferas da federação, além do contencioso judicial não incluído na dívida ativa

- seja de cerca de R\$ 4 trilhões (dos quais entre R\$ 1,5 trilhão e R\$ 2 trilhões são créditos podres não recuperáveis). Tal grau de litígio, além de representar um grande custo para as empresas e para o governo, gera muita insegurança jurídica, reduzindo a taxa de investimentos.

Em terceiro lugar, a cumulatividade existente nos tributos atuais aumenta o custo dos investimentos e prejudica a competitividade da economia brasileira, reduzindo o potencial de crescimento de nosso país.

Por fim, as distorções dos atuais tributos sobre bens e serviços levam a economia brasileira a se organizar de forma muito ineficiente. Isso ocorre, por exemplo, quando a estrutura de distribuição de uma empresa se organiza em função de benefícios fiscais, à custa de um aumento relevante dos quilômetros rodados pelos caminhões para levar os produtos aos consumidores finais.

Todos esses problemas serão eliminados, ou, pelo menos, reduzidos de forma significativa, com a simplificação tributária prevista na PEC 45. O resultado é um aumento relevante dos investimentos e do potencial de crescimento de nossa economia, bem como do poder de compra da população brasileira. Estudo econométrico realizado em 2010 (Pereira, R. e Ferreira, P., "Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e de Bem-Estar da Reforma Tributária no Brasil") estima que, com uma reforma menos abrangente que a prevista na PEC 45, o aumento do PIB potencial seria de 11% em 12 anos e de 14% no longo prazo.

O objetivo da reforma tributária não é simplificar por simplificar. É simplificar para que a economia brasileira possa crescer mais e, principalmente, para melhorar de forma significativa a qualidade de vida de todos os brasileiros.

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) é deputado federal

26/08/2019 - 05:00

Governo pode desbloquear até R\$ 15 bi em setembro

Por **Ribamar Oliveira**

A expectativa da área técnica do governo é que será possível fazer um descontingenciamento das dotações orçamentárias dos ministérios de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões, de acordo com fontes ouvidas pelo **Valor**. O anúncio da liberação das verbas poderá acontecer no dia 22 de setembro, quando o governo encaminhará ao Congresso Nacional o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias da União relativo ao quarto bimestre.

Para liberar os recursos e tirar os ministérios do atual sufoco financeiro, o governo conta com o crescimento da receita tributária e com o aumento dos dividendos das empresas estatais federais pagos ao Tesouro. Apenas em julho, a arrecadação de tributos federais (excluída a Contribuição para a Previdência) ficou cerca de R\$ 5 bilhões acima do que estava previsto no decreto de programação orçamentária e financeira. Com relação aos dividendos, a estimativa da receita poderá subir dos atuais R\$ 8 bilhões para R\$ 13 bilhões.

AdChoices
PUBLICIDADE[inRead invented by Teads](#)

Outro caminho que está sendo avaliado é reduzir a despesa prevista com o aumento de capital de empresas estatais federais. A atual programação prevê um gasto de R\$ 10,2 bilhões da União com o aumento de capital de estatais. Se decidir reduzir este gasto, o governo poderá elevar as despesas de custeio dos ministérios. Em 2018, por exemplo, a despesa com a capitalização de estatais foi de R\$ 4,7 bilhões.

Todas as alternativas técnicas para reduzir o contingenciamento, que atingiu R\$ 34 bilhões, estão sendo avaliadas, pois o ministro da Economia, Paulo Guedes, não aceita propor uma mudança da meta fiscal deste ano, com a elevação do déficit primário. "Ele não quer nem ouvir falar nisso", disse uma fonte. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional não aceita aumentar impostos.

Ao divulgar a arrecadação de julho, na quinta-feira passada, a Receita Federal avaliou que os dados mostram sinais de recuperação da economia. Os recolhimentos de dez setores (entre eles, mineradoras, celulose, entidades financeiras e TI) apresentaram variação positiva. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, disse que esses setores mostraram "recomposição da base tributária". A arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) apresentou um aumento real de 6,24%, indicando crescimento na contratação do crédito.

A avaliação do governo é que haverá uma intensificação da atividade econômica a partir de setembro, com a liberação dos recursos do FGTS e do PIS/Pasep. Algo em torno de R\$ 30 bilhões serão injetados na economia, reforçando o consumo e a produção. Com maior crescimento, a receita tributária também aumentará. Há ainda melhoria no mercado de trabalho, embora em ritmo lento. De janeiro a julho deste ano, o Caged mostrou a criação líquida de 461.411 novas vagas de trabalho.

No relatório do quarto bimestre, o governo não incluirá a arrecadação prevista com o mega leilão dos excedentes de petróleo dos campos que a União cedeu, de forma onerosa, à Petrobras. Isto não será feito mesmo que o Tribunal de Contas da União (TCU) conclua a tempo sua análise das regras do leilão e do próprio contrato que o governo e a Petrobras irão assinar.

O governo está dividido se inclui na previsão de arrecadação do relatório do quinto bimestre, a ser divulgado em 22 de novembro, a receita do mega leilão. Mesmo que ele seja realizado no dia 6 de novembro, como está previsto, os recursos só entrarão nos cofres do Tesouro no dia 27 de dezembro, poucos dias antes do término do exercício. Se as despesas já tiverem sido feitas e o dinheiro não entrar, a meta fiscal de 2019 não será cumprida. Se isto ocorrer, é possível abrir um processo de impeachment do presidente Jair Bolsonaro.

Há um entendimento no governo de que o atual valor de R\$ 85,2 bilhões para as despesas discricionárias afeta o funcionamento da máquina pública, prejudicando a oferta de bens e serviços à população - uma situação de "shutdown", como se diz na área técnica. Não pode, portanto, ser mantido. Neste ano, o corte das discricionárias decorreu da falta de recursos e não do teto de gastos da União.

A questão é que, para fechar a proposta orçamentária de 2020, que será enviada ao Congresso no próximo dia 31, o governo terá que propor um nível igual ou inferior para as despesas discricionárias por causa do crescimento das despesas obrigatórias. Em 2020, o problema será o teto de gastos.

Mesmo com a redução das discricionárias ao nível de "shutdown", as medidas de correção das despesas previstas na emenda constitucional 95/2016, que criou o teto de gastos, não podem ser acionadas pelo governo. "Os gatilhos não disparam", queixou-se uma fonte. A emenda 95 foi redigida de tal forma que não há meio do teto de gastos ser descumprido. Pois o governo é obrigado a apresentar uma proposta orçamentária dentro do teto, mesmo que as despesas discricionárias estejam em situação de "shutdown".

O governo está em negociando com os líderes políticos do Congresso mudança nas atuais regras fiscais, que permitam acionar as medidas de ajuste das despesas obrigatórias.

26/08/2019 - 05:00

Manicômio tributário

Por **Roberto Rocha**



O sistema tributário nacional é a mais perfeita demonstração de que a soma de centenas de atos racionais não resulta, necessariamente, num conjunto igualmente racional. Ao contrário, no nosso caso, resultou no mais caótico, improdutivo e disfuncional sistema dentre as grandes economias do planeta. Um verdadeiro manicômio tributário.

Infelizmente nosso metabolismo para tomada de posições políticas é extremamente lento e, não obstante as queixas de todos os setores econômicos, só agora parece terem se criado as condições políticas para

enfrentarmos esse problema.

AdChoices
PUBLICIDADE

[inRead invented by Teads](#)

Isso depois de quatro décadas em que vimos amargando índices de crescimento vergonhosos, depois que nosso sistema tributário alcançou tamanho grau de conflito e distorção que não há mais condições de reformulação, senão de uma completa reengenharia.

Há um amplo consenso de que o modelo brasileiro de tributação sobre o consumo tem grande impacto negativo sobre a produtividade e o desenvolvimento do país. Agravado sobremaneira pela infinidade de leis, decretos, regulamentos e portarias emitidos pelas três esferas de governo: União, Estados e municípios. Além disso, cada ente participa do esforço da economia nacional como um inquilino, e não um sócio do sistema.

O problema não se resume a reduzir a carga tributária, mas sim nos alinharmos à experiência exitosa dos países bem sucedidos. E procedermos a uma reforma que parta de princípios de Justiça Social, buscando a simplificação, a competição, a desoneração e a modernização.

Esse é o objetivo maior da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110/2019, em exame na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que é fruto do dedicado trabalho do ex-deputado e economista Luiz Carlos Hauly, que absorveu contribuições de todos os setores, percorrendo todo o país em centenas de reuniões e palestras das quais resultou o relatório Hauly, aprovado por unanimidade em comissão especial da Câmara dos Deputados já ao final da legislatura passada.

O relatório foi agora reapresentado, pelo próprio presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre e subscrito por mais 65 senadores. Seu escopo é a redução do custo gerencial e de produção para as empresas, a simplificação para a fiscalização do Estado, a redução da judicialização, a equidade nas cargas tributárias, o fim das guerras fiscais e a introdução do sistema tributário na era digital.

A regra de ouro é não mexer na carga tributária e não aumentá-la em nenhuma hipótese, ela está assentada sob três pilares: simplificação, tecnologia e justiça social.

Para tal o projeto ousa eliminar na reforma oito tributos federais, um estadual e um municipal: os federais (IPI, IOF, CSLL, PIS e Pasep, Cofins, Salário-educação e Cide-combustíveis); o ICMS estadual e o ISS municipal, criando o Imposto sobre bens e serviços (IBS), que é adotado por 165 países.

Uma virtude da PEC 110 é a orientação orgânica, não apenas organizacional do sistema, ao definir, desde o início o que seria uma visão de conjunto da arquitetura tributária nacional, com seus limites bem claros das responsabilidades federais, estaduais e municipais.

E propõe também a entrada do sistema tributário numa nova era toda digital, 5.0, com cobrança eletrônica instantânea, com créditos financeiros igualmente instantâneos e partilha diária para os três entes federados.

Destaco ainda o profundo sentido de inclusão social, ao eliminar toda tributação sobre alimentos, remédios, luz, água e saneamento, e ao fazer a devolução do imposto para as famílias do Cadastro Social Único. Só esses dois fatos representará um ganho para as famílias, varias vezes maior do que aquela obtida pelo fim da inflação e estabilidade econômica obtida com o Plano Real.

Há muitos aspectos que mereceriam destaque na proposta da PEC 110. Importa bem mais o fato dela ser o resultado de uma verdadeira ágora, não partindo dos interesses particulares de grupos de pressão, mas da nobre intenção de colocar o Brasil nos trilhos de uma racionalidade que destravar o país para o futuro.

Roberto Rocha (PSDB-MA) é senador da República

26/08/2019 - 05:00

Metrô de SP traça plano para sair do prejuízo e reduzir aporte do Estado

Por Taís Hirata

O Metrô de São Paulo planeja reduzir sua dependência do governo paulista e passar a dar lucro a partir de 2020, afirmou ao **Valor** o diretor-presidente, Silvani Alves Pereira, que assumiu o cargo em janeiro.



Silvani Pereira, presidente do Metrô de SP, diz que receitas não tarifárias, hoje em 11% do faturamento, têm potencial para chegar a 40% no longo prazo

AdChoices
PUBLICIDADE

[inRead invented by Teads](#)

A meta não é trivial: no ano passado, a companhia teve um prejuízo de R\$ 519 milhões - o resultado negativo se repetiu em nove dos dez últimos anos, com lucro apenas em 2014, de R\$ 86,8 milhões. Além disso, o governo de São Paulo faz aportes bilionários todo ano para financiar a expansão da rede - em 2018, foram R\$ 2,57 bilhões (ver ao lado). A ideia agora é que o Metrô possa contribuir com as obras.

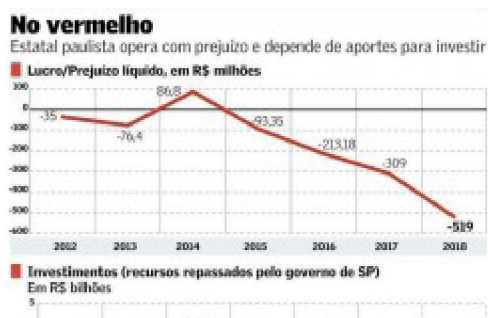
O plano inclui medidas para reduzir custos e ampliar as chamadas receitas não tarifárias - ou seja, que não vêm das passagens -, e que representaram 11% do faturamento em 2018. Até o fim deste ano, a parcela deverá subir para 15%, mas, no longo prazo, poderá chegar a 40%, avalia Pereira.

Com esse objetivo, o Metrô pretende lançar o edital de duas concessões até dezembro: das 14 estações da Linha 2-Verde (entre Vila Madalena e Vila Prudente) e da estação Brás. A ideia é que companhias privadas explorem comercialmente os espaços - com lojas, lanchonetes, farmácias etc. Além disso, algumas dessas estações poderão ganhar edifícios, que se converteriam em shoppings, hospitais ou hotéis, por exemplo.

A ideia não é novidade. O Metrô já tem estações integradas a shoppings, como a Santa Cruz e a Itaquera, e diversas áreas comerciais nas estações de todas as linhas. A companhia, porém, estima que o potencial dessa exploração seja muito maior do que a atual.

"Espera-se que a empresa privada seja mais competente que o Metrô para identificar essas oportunidades comerciais e, com isso, ampliar a receita adicional nas estações", diz Pereira.

"Já tivemos várias tentativas de ampliar essas receitas não tarifárias em vários governos, mas agora estamos colocando em prática. Quando se fala em parcerias público-privadas, a empresa busca um arcabouço jurídico que traga segurança. Não depende só do ente público querer fazer, mas também da confiança do privado", acrescentou.



Neste ano, a gestão já conseguiu realizar uma licitação nesses moldes, de 13 terminais de ônibus. O contrato deverá ser assinado em setembro, com as empresas NS Empreendimentos Imobiliários (do grupo Rezek) e a PPX Participações (dona da construtora Planova) - o consórcio foi o único que participou do leilão.

O grupo passará a cuidar da manutenção e poderá explorar comercialmente a área dos terminais e, em sete deles, construir edificações. O consórcio ainda se comprometeu a desembolsar, por mês, R\$ 800 mil ou 8% do faturamento, a

depende do que for maior. "O Metrô deixará de ter uma despesa de R\$ 22 milhões com manutenção", diz Pereira.

Outra forma que o Metrô tem buscado para gerar receita adicional é a prestação de serviços, como consultorias e, eventualmente, a operação de redes similares fora de São Paulo.

No caso da concessão do Metrô de Brasília, a companhia paulista formou uma parceria com a Urbi Mobilidade Urbana para elaborar estudos de viabilidade, no modelo de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) - em que empresas interessadas no empreendimento enviam estudos, mas só são remuneradas caso o projeto seja levado adiante. "Além disso, quando o edital for publicado, podemos, junto com um parceiro privado, fazer uma Sociedade de Propósito Específico para participar do leilão para a operação da rede."

O Metrô paulista também tem prestado consultoria ao Metrô de Quito, no Equador, e está em negociação para oferecer os serviços na Bahia, segundo Pereira.

Esse tipo de atuação passou a ser possível a partir de uma lei estadual, aprovada em março deste ano, que permite que o Metrô crie subsidiárias e tenha participação em companhias privadas.

Outro plano da empresa é fazer uma parceria com um investidor privado para se tornar uma autogeradora de energia elétrica - um dos principais custos operacionais do Metrô. Em 2018, foram gastos R\$ 198 milhões com energia, que é adquirida no mercado livre.

A ideia, diz Pereira, é formar uma subsidiária e vender participação a um sócio privado: no acordo, o Metrô entraria com a disponibilidade de áreas para a instalação de painéis fotovoltaicos (no topo de estações, linhas e pátios, por exemplo) e a empresa, com o dinheiro. A expectativa é que a modelagem desse projeto fique pronta até dezembro.

Além disso, o Metrô tem avançado com seu plano de demissão voluntária, para enxugar o quadro de funcionários. Até o fim de 2018, haviam sido desligadas 845 pessoas e, neste ano, deverão sair outras 233. Uma nova rodada do plano está em estruturação e será lançada em 2020, diz o presidente.